

A MERCADORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DO PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR, EM PORTUGAL

*Belmiro Gil Cabrito**

Resumo: Neste artigo pretende-se descrever os processos de mercadorização da educação e de intensificação do trabalho do professor do ensino superior, em Portugal, partindo de alguns eventos fundamentais: a Revolução Democrática, de 25 de Abril de 1974 (Revolução dos Cravos); a abertura da educação superior ao capital privado, em 1986; o estabelecimento de propinas no ensino superior público, em 1992; a adequação ao processo de Bolonha, em 2006. O artigo informa sobre o gradual, e por vezes brutal, processo de desresponsabilização do Estado no financiamento da educação superior com a correlata necessidade de as Instituições de Ensino Superior Público diversificarem as suas fontes de financiamento no mercado. Paralelamente, apresenta-se a evolução do número de alunos matriculados no ensino superior público e o número de docentes nesse segmento educativo, bem como o incremento da sua atividade profissional e o forte papel que esses docentes desempenham na investigação científica. Finaliza-se o artigo, concluindo que a educação superior e a investigação científica se encontram fortemente dependentes do mercado e que o trabalho do professor do ensino superior se intensificou, encontrando-se ao serviço do capital de predominância financeira.

Palavras-chave: Ensino superior. Investigação científica. Mercadorização da educação/ investigação. Intensificação do trabalho docente.

THE COMMODIFICATION OF EDUCATION AND THE INTENSIFICATION OF HIGHER EDUCATION TEACHERS' WORK IN PORTUGAL

Abstract: This paper aims to describe the processes of commodification of education and of intensification of the work of higher education teachers in Portugal, from a few key events: the Democratic Revolution of April 25, 1974 (The Carnation Revolution); the opening of higher education to private capital, in 1986; the establishment of fees in public higher education, in 1992; the adaptation to the Bologna process, in 2006. The article tells informs about the gradual, and sometimes brutal process of removing from the State the responsibility of financing of higher education and the correlate need for public higher education institutions to diversify their sources of financing in the market. In parallel, the evolution of the number

* Doutor em Educação e Professor da Universidade de Lisboa.

of students enrolled in public higher education, and of teachers in this segment of education are presented, as well as the increment in the professional activity of teachers and the strong role the latter play in scientific research. As for conclusions, the article argues that higher education and scientific research are strongly dependent on the market, and that the work of teachers in higher education has been intensified, placed at the service of financial capital.

Keywords: Higher education. Scientific research. Commodification of education/research. Intensification of teacher's work.

INTRODUÇÃO

Em Portugal, nos últimos anos, a questão do financiamento do ensino superior tornou-se parte da agenda política de sucessivos governos. As dificuldades financeiras dos executivos, que atingiram o seu pico no início do ano lectivo de 2011-2012, têm servido como justificação para a quebra progressiva e brutal da participação do Estado no orçamento das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. Em 2011, muito particularmente, ano que marca o agravamento da questão financeira do país de tal modo que se tornou “necessária” a participação direta do FMI, BCE e UE na economia nacional, a problemática da educação superior tem andado de boca em boca, com declarações dos reitores da Universidade de Lisboa, da Universidade de Coimbra e da Universidade Nova de Lisboa acerca dos cortes que o Orçamento Geral de Estado para 2012 referencia para as IES, e o perigo que daí decorre para a autonomia universitária. São cortes de 178,9 milhões de euros, em orçamentos que vêm a diminuir de forma radical, desde a década de 2000.

A situação nota-se bastante preocupante quando damos atenção às declarações do Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, António Rendas, quando em declarações à imprensa em 13 de Setembro de 2011 avisara que as instituições de ensino superior estão a ficar depauperadas, perdendo cerca de 100 milhões de euros em financiamento, nos últimos seis anos, ao mesmo tempo que exige autonomia para gerir recursos.

De igual forma, na abertura solene do ano lectivo da Universidade de Coimbra, a 14 de Setembro de 2011, o reitor, João Gabriel Monteiro de Carvalho e Silva, chamava a atenção para que a universidade ia sofrer um corte significativo no financiamento público, em cerca de 7 milhões de euros, afirmando que o financiamento público não chegaria sequer para pagar os salários do pessoal.

A Tabela 1 é bem significativa da pressão a que as IES estão sujeitas, obrigando-as a procurar financiamentos alternativos aos provenientes do OE.

Tabela 1 – Origem das receitas das Instituições de Ensino Superior públicas, em percentagem.

Origem/Ano	1990	1996	2000	2005	2008	2012
Orçamento do Estado	95	87	70	70	65	57
Receitas Próprias	5	13	30	30	35	43

Fonte: MCTES / GPEARI.

* Previsão (a participação do OE no financiamento das IES públicas ainda poderá ser menor considerando as últimas notícias que dão conta de um novo corte de 178.9 milhões de euros no OE de 2012, isto é, 11.1 relativamente ao OE de 2011).

Por outro lado, também no que respeita a autonomia universitária, chegam novos perigos, com as novas regras de contratação de docentes, as quais atentam contra o próprio Regulamento Jurídico das Instituições de Ensino Superior mesmo depois do recuo do governo relativamente a essa questão em sede de discussão do Orçamento do Estado (OE). Inicialmente, o texto do OE para 2012 previa que não houvesse quaisquer renovações de contratos de professores convidados e que todas as contratações carecessem da aprovação simultânea dos ministros da Educação e Ciência e das Finanças, contrariando a autonomia administrativa e financeira das IES. Essa situação era altamente lesiva à missão dessas instituições, tendo em conta o número de docentes contratados a prazo e convidados, bem como o elevado número de docentes que se aposentam, em cada ano, mesmo sem reunirem todas as condições para uma aposentadoria total, e que totalizam vários milhares de docentes que, não sendo substituídos, lesariam a qualidade do ensino ministrado.

Durante a discussão no Parlamento do OE, o Governo viria a recuar nessa sua exigência, permitindo às IES a contratação de novos docentes mas, ainda assim, desde que não aumentassem os gastos em pessoal ocorridos no ano lectivo anterior.

Por outro lado, também a ação social escolar se vê atacada, colocando em risco a permanência de milhares de estudantes em estudos superiores. Efetivamente, o enorme corte previsto no valor das bolsas para apoiar os estudantes que não têm capacidade financeira para frequentar o ensino superior levaria ao abandono de estudos por parte de muitos. Nesse OE, diminui em cerca de 12.000 o número de bolseiros, em razão do alargamento do conceito de família a todos os familiares do estudante (e não apenas aos familiares que com ele constituem o agregado familiar) e diminuem os valores das bolsas, atingindo os estudantes mais carenciados. De fato, todos os dias as notícias dão como certo o abandono dos estudos por parte daqueles a quem a bolsa é negada ou cuja bolsa teve diminuído o seu valor, e nesse momento, raros são os docentes que não conhecem alguém nessa situação.

Os fatos enunciados acima são testemunho de muitos discursos e uma mesma atitude: à face da desresponsabilização do Estado relativamente à educação superior, as IES têm de diversificar as suas fontes de financiamento (JOHNSTONE, 2007). Nessas circunstâncias, diversificar financiamentos é procurar capital junto de empresas, de *stakeholders*, de filantropos – numa palavra, junto à “sociedade civil” (JONGBLOED, 2004) o que obriga tornar a educação superior numa apelativa e rentável área de negócio (MORA; NUGENT, 1998; HORTALE; MORA, 2004). As parcerias público-privadas ou as universidades empresariais são disso um exemplo seguro (CLARK, 1998). A universidade mercantiliza-se, abre-se ao capital exterior e fica dependente do mercado. E isto, em Portugal, vem a ocorrer desde 1986 (CABRITO, 2011).

1 A MERCADORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL: ALGUMAS DATAS RELEVANTES

A educação superior e a investigação científica universitária foram, até há bem pouco tempo, da competência financeira quase exclusiva do Estado. À face do processo de desresponsabilização do Estado, nas duas últimas décadas, essas atividades, amarradas que se encontram a um Estado cada vez menos participativo, exigem, por parte das Instituições Públicas de Ensino Superior, a diversificação das suas fontes de financiamento procurando novos financiadores, colocando-as cada vez mais na dependência dos interesses do capital financeiro.

Com esse processo de abertura ao capital privado, as IES encontram-se, desse modo, reféns do mercado e veem as suas atividades de ensino e investigação a mercadorizar-se.

Esse processo de mercadorização da educação, apesar do agravamento recente, não é, no entanto, resultado apenas da atual crise financeira do Estado português, mas de uma decisão de natureza política de cariz liberal, tomada, em 1986, por um governo de centro-direita que decidiu abrir o ensino superior ao capital privado.

Efetivamente, em 1986, o governo português de então, constituído por uma coligação dos partidos de direita e centro-direita (liderado, então, pelo atual Presidente da República, Cavaco Silva), confrontado com uma procura explosiva de educação superior, por um lado e, por outro, sujeito à influência de organizações internacionais, como a OCDE, que, ao longo das décadas de 1970 e 1980, veicularam valores fortemente economicistas na relação proposta entre educação, trabalho e desenvolvimento (CABRAL, 1981), decidiu abrir esse nível de ensino ao capital privado.

Dessa forma, o governo respondia à incrível demanda de educação superior que o país conheceu depois da Revolução de 1974 e à qual o Estado, através das instituições públicas de ensino superior, não conseguiu, ou não quis, responder (CABRITO, 2004). Em vez de continuar o processo que vinha acontecendo desde 1974 e que se concretizava na abertura de novas vagas e cursos no ensino superior público respondendo às exigências da Revolução de Abril (STOER, 1986) o governo ofereceu ao capital privado uma nova área de negócio.

A entrada de capitais privados na produção de educação superior não se fez, obviamente, sem a garantia do lucro. De fato, perante as dezenas de milhares de candidatos ao ensino superior que ficavam de fora das instituições públicas, investir na produção de educação superior afigurava-se uma boa oportunidade de lucro. Na verdade, as regras do investimento eram conhecidas pelo investidor e garantiam sucesso. O investidor conhecia a tendência no mercado, isto é, sabia que existia grande procura de educação superior e consumidores em grande número. Assim se explica que, em pouco tempo, tenham surgido centenas de instituições privadas de ensino superior e que, em menos de uma dezena de anos, o ensino superior privado tenha passado a deter cerca de um terço de todos os estudantes de ensino superior no país, percentagem que vinha ocupando até há bem pouco tempo (GPEAR, 2011).

Tabela 2 – Evolução do número de estudantes por subsistema de ensino.

Ano/Sub.	1970/71	1980/81	1990/91	2000/01	2009/10
Público	46.172	74559	135350	273530	293828
Privado	3289	7829	51430	114173	89799
Total	49461	82428	186780	387703	383627

Fonte: MCTES/ GPEAR, 2011

Assim, ao longo dos últimos 25 anos, proliferaram universidades e institutos superiores dando cara a um agressivo processo de mercadorização da educação superior no país, que vai continuar até aos nossos dias e que testemunha o processo de privatização do ensino superior público.

Esse caminho para a privatização atinge outro nível, em 1992, com a publicação da Lei nº 2/92, de 9 de Março, a primeira lei de financiamento do ensino superior público, aprovada por um Parlamento de maioria de centro-direita, a qual faz do estudante um financiador activo do ensino superior público ao exigir o pagamento de uma anualidade actualizada como condição indispensável à frequência das instituições públicas responsáveis pela oferta desse nível educacional.

Com esse diploma legal, o então governo português, também de tendência centro-direita, consegue, no Parlamento, uma forte vitória sobre a tendência

democrática de cariz socializante, que o país conheceu com a Revolução de Abril de 1974, e sobre a tradição europeia do Estado Providência de gratuidade da educação superior.

Quando se fala de gratuidade do ensino superior, em Portugal, há que reconhecer que ela nunca existiu verdadeiramente. Quando, durante a ditadura de António Oliveira Salazar (1926-1974), foram estabelecidas as propinas (anualidade) para a frequência da universidade (só existia ensino superior público), em 1941, o valor estabelecido era extraordinariamente elevado, afastando da universidade os jovens oriundos dos estratos sociais mais pobres.

De fato, desde 1941, os estudantes do ensino superior tinham de pagar mil e duzentos escudos por ano, valor hoje irrisório ao corresponder a seis euros, mas que, na década de 1940, correspondia a uma boa parcela do orçamento da maioria dos agregados familiares e afastava da universidade a maioria dos jovens portugueses. Na verdade, basta pensar que aquele valor, os mil e duzentos escudos, ultrapassava os 8% do rendimento médio das famílias portuguesas, em 1974, à data da Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974), e que o orçamento médio familiar atingia os quatro euros.

Durante o tempo da ditadura, mesmo a educação fundamental era destinada, preferencialmente, às elites (MÓNICA, 1978), e a educação superior era um bem consumido, apenas, por um pequeno número de jovens (cerca de 24.000, no ano letivo de 1973/1974) oriundos dos estratos sociais privilegiados, constituindo-se como uma educação fortemente exclusiva (CABRITO, 2002).

Todavia, é natural que se pense a educação superior em Portugal como gratuita, em 1992, porque, quando da publicação da primeira lei de financiamento do Ensino Superior, aquela anualidade de 6 euros atingia um valor verdadeiramente simbólico, se pensarmos que, em Maio de 1974, mês imediato ao da Revolução, o governo estabeleceu um salário mínimo no valor de três mil e trezentos escudos (um pouco mais de dezasseis euros e meio), atingindo mais de 50% dos trabalhadores portugueses. Em consequência, e fruto da atualização anual do salário mínimo, a propina paga para a frequência de ensino superior foi adquirindo mais uma natureza simbólica do que representativo de um esforço real do estudante/família para pagar a frequência da universidade.

Em 1992, com a publicação da Lei nº 2/92, os estudantes foram forçados a pagar uma propina que ultrapassava os 200 euros/ano, que resultou da actualização financeira do anterior valor de seis euros, reportada a 1941. Quer dizer, a partir de 1992, a propina passou a ser actualizada anualmente, tendo por referência o índice de preços. Essa política de financiamento da educação superior à custa do estudante, aconselhada por entidades internacionais, como o Banco Mundial (1989),

apesar de algumas mudanças decorrentes de novas eleições e novos governos, mantém-se nas suas linhas, e hoje o valor da propina, na graduação, ultrapassa os 1200 euros/ano nas instituições públicas de ensino superior.

Tabela 3 – Evolução do valor da propina nas Instituições de Ensino Superior públicas.

Ano	Até 1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96 2003/04	2004/....
Valor/ ano euros	6	222	320	420	um salário mínimo	Variável

Fonte: MCTES - Adaptado pelo autor

Como podemos observar na tabela acima, a participação dos estudantes/famílias no financiamento do ensino superior público transforma-se, quantitativamente e qualitativamente, a partir de 1992/1993, após a publicação da 1ª Lei de Financiamento. A evolução fortemente crescente, a partir daquele ano, é interrompida com a publicação da Lei 38/1994, de 21 de Novembro, a designada 2ª Lei de Financiamento do Ensino Superior, aprovada pelo Parlamento com uma maioria de centro-esquerda, por proposta do governo “socialista” saído das eleições gerais, de 1994, que fez equivaler o valor da anualidade exigida aos estudantes ao valor de uma mensalidade do salário mínimo nacional que era, na época, de 172 euros.

A situação torna a modificar-se com os resultados das eleições gerais, de 2003, que representou uma nova vitória eleitoral da coligação de centro-direita, cujo governo fez aprovar, no Parlamento, a Lei 37/2003, de 22 de Agosto, a terceira lei de financiamento. Essa Lei estabelece um valor variável para a anualidade, fixado anualmente por cada instituição de ensino superior, que varia entre um valor mínimo de 1,3 vezes um salário mínimo até um valor máximo de 3 salários mínimos, o qual atinge, em 2011, o montante de 565,8 euros.

A privatização do ensino superior público, em Portugal, ficou, então, marcado pelas decisões políticas tomadas em duas datas fundamentais, 1986 e 1992, reforçadas pelas tomadas de posição de natureza liberal dos governos posteriores.

2 A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Entretanto, a investigação científica, tradicionalmente, uma atividade maioritariamente realizada com fundos públicos, pelo Estado, por intermédio dos seus centros de investigação e das universidades, privatiza-se, com as empresas a despenderem investimentos mais vultuosos do que os investimentos públicos, a partir da década de 1990, testemunhando um caminho de privatização similar ao

conhecido pelo ensino superior. A Tabela 4 mostra bem a desresponsabilização do Estado relativamente à investigação científica, ainda que as despesas em I&D realizadas por entidades públicas (Estado e Universidades) ainda atinjam, em 2009, 42% do total das despesas realizadas, no país, em I&D, destacando-se, todavia, o papel das Universidades.

Tabela 4 – Despesa em I&D, a preços correntes, por sector de execução (1982-2009).

	Empresas ¹		Estado		Ensino Superior		IPSFL ²		Total ³	
	Milhares de €	%	Milhares de €	%	Milhares de €	%	Milhares de €	%	Milhares de €	%
1982	10.193,4	31%	14.225,2	44%	6.722,3	21%	1.486,4	5%	32.627,4	
1984	16.698,3	30%	23.281,4	41%	13.871,1	25%	2.551,4	5%	56.402,1	
1986	26.015,8	26%	35.667,0	36%	29.872,5	30%	7.543,8	8%	99.099,2	
1988	36.666,6	25%	49.359,0	33%	50.668,9	34%	12.499,9	8%	149.194,4	
1990	67.764,7	26%	66.041,8	25%	93.514,6	36%	32.214,4	12%	259.535,5	
1992	87.051,2	22%	88.730,7	22%	172.520,2	43%	52.720,4	13%	401.022,5	
1995	96.228,0	21%	124.313,8	27%	170.428,0	37%	69.067,3	15%	460.037,1	
1997	129.565,7	22%	139.704,1	24%	230.988,1	40%	76.625,1	13%	576.882,9	100%
1999	184.797,1	23%	227.672,2	28%	314.363,7	39%	87.913,8	11%	814.746,7	
2001	330.310,7	32%	215.518,9	21%	380.648,5	37%	111.953,7	11%	1.038.431,7	
2003	338.038,1	33%	172.045,2	17%	391.797,4	38%	117.700,4	12%	1.019.581,0	
2005	462.014,9	38%	175.552,3	15%	425.187,3	35%	138.357,1	12%	1.201.111,6	
2007	1.010.790,0	51%	184.474,9	9%	586.964,8	30%	190.502,9	10%	1.972.732,6	
2008	1.295.099,0	50%	188.316,4	7%	891.265,8	34%	210.393,7	8%	2.585.074,9	
2009 ^p	1.303.412,8	47%	205.574,1	7%	986.912,3	35%	294.923,5	11%	2.790.822,6	

Fonte: Fonte: MCTES / GPEAR: IPCTN.

Notas:

¹ Inclui associações.

² IPSFL - Instituições Privadas sem Fins Lucrativos. Inclui fundações privadas.

³ Os totais apresentados podem não corresponder à soma das parcelas por razões de arredondamento automático.

^p Dados Provisórios.

Os valores da Tabela 4 se, por um lado, testemunham uma diminuição crescente da participação do Estado em atividades de I&D, por outro, demonstram o papel fundamental do ensino superior nessa investigação. Todavia, o perigo de privatização da investigação científica, subjacente ao processo de desresponsabilização do Estado quanto à investigação, é ainda mais visível quando observamos o tipo de estudos que o setor público vem a realizar. A Tabela 5 indica, exatamente, o tipo de investigação que se realiza e informa sobre o papel de cada setor nessa produção.

Tabela 5 – Despesa em I&D por tipo de investigação e setor de execução, em 2008.

Setor de Execução	Despesa total	Investigação Fundamental		Investigação Aplicada		Desenvolvimento Experimental	
		Milhares de €	%	Milhares de €	%	Milhares de €	%
Total	2.585.074,9	509.749,7	19,7	898.532,9	34,8	1.176.792,2	45,5
Empresas	1.295.099,0	24.752,9	1,9	359.690,4	27,8	910.655,6	70,3
Estado	188.316,4	31.683,2	16,8	109.571,2	58,2	47.062,0	25,0
Ens. Sup.	891.265,8	361.768,5	40,6	368.913,4	41,4	160.583,9	18,0
IPSFL	210.393,7	91.545,1	43,5	60.357,9	28,7	58.490,8	27,8

Fonte: MCTES / GPEARI. IPCTN08.

Notas:

¹ Despesa a preços correntes

² Os totais apresentados podem não corresponder à soma das parcelas por razões de arredondamento automático.

³ Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Os valores da tabela são preocupantes quando percebemos, por um lado, o peso do setor empresarial nas atividades em I&D, com uma participação mínima na investigação fundamental, e, por outro, a fraca participação do Estado cujo investimento se dirige, também, à semelhança das empresas, para a investigação aplicada. De igual modo, é preocupante perceber que a universidade, lugar por excelência de produção de conhecimento, dirige mais de metade das despesas que realiza com I&D para a investigação aplicada e o desenvolvimento experimental.

Ainda no que respeita à universidade, e independentemente do tipo de investigação realizada, cabe referir o importante papel que ela desempenha na produção de investigação no país.

Não estando disponíveis séries estatísticas, não é possível traçar percursos evolutivos. Todavia, os valores de 2008, combinados com as informações da Tabela 4, são suficientes não só para perceber o papel que o ensino superior desempenha na produção de investigação, em Portugal, mas também para perceber a extensão da desresponsabilização do Estado nessa produção.

3 A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DO PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

Nas circunstâncias descritas, com um número de alunos sempre crescente e um esforço contínuo na investigação, para além da diminuição progressiva do número de professores, assiste-se a um fenómeno de forte intensificação do trabalho docente. De fato, o número crescente de alunos do ensino superior público vê-se confrontado com um número de professores praticamente igual, desde o início da década.

Tabela 6 – Evolução do número de docentes do ensino superior público, equivalente a tempo integral (ETI).

Ano Letivo	2000-2001	2002-2003	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2009-2010
Docentes	24.296	24.570	25.368	26.214	25.415	24.831	24.728	25.092

Fonte: GPEARI/MCTES, 2011.

Em consequência, os professores são confrontados com horários de carga máxima semanal e, simultaneamente, com um número de estudantes de graduação e de pós-graduação que lhe exigem um tempo de trabalho para além do contratado na instituição, que invade e limita a sua privacidade. Na verdade, confrontado com dezenas de trabalhos, dissertações, teses, etc., quantas vezes recebidos via internet, o professor sente-se obrigado a responder ao aluno despendendo parte do seu tempo de lazer.

Para essa intensificação do trabalho docente em muito contribuiu a adaptação do ensino superior português aos princípios da Declaração de Bolonha (CABRITO; CERDEIRA, 2008), com o aumento brutal do número de estudantes de pós graduação.

Tabela 7 – Alguns números sobre o ensino superior (público e privado).

	2000-01	2002-03	2004-05	2005-06	2006-07	2007-08	2008-09	2009-10
Lic. 1º ciclo(1)	-	-	-	-	90035	206899	237250	252655
Lic.(2)	344767	361078	343972	330985	225090	76285	23959	3684
Subtotal 1	344767	361078	343972	330985	313125	283184	261209	256339
Mestrado Integrado(3)	-	-	-	-	18326	47525	56558	60657
Mest. 2º ciclo(4)	-	-	-	-	2515	22580	33691	44252
Mestrado(5)	9692	10524	11422	12007	9093	4624	1850	500
Subtotal 2	9692	10524	11422	12007	29934	74729	102099	105809
Doutoramento	3381	5353	6988	8505	9585	11344	13429	16337
Total ES	387703	400831	380937	367312	366729	376917	373002	383627
Total Prof. ES	35740	36191	36773	37434	36069	35178	35380	36215

Fonte: GPEARI/MCTES, 2011

Notas: (1) Licenciatura pós-Bolonha

(2) Licenciatura pré-Bolonha, em vias de extinção

(3) Alguns dos cursos superiores (Medicina, Psicologia, Arquitectura, algumas Engenharias) mantêm a duração anterior a Bolonha, pelo que o 1º ciclo (licenciatura) e o mestrado (2º ciclo) se encontram integrados. Por exemplo, para que um estudante possa ser Psicólogo tem de frequentar a universidade durante 5 anos, obtendo diretamente os diplomas de licenciado e de mestre.

(4) 2º ciclo, equivale à realização de um mestrado, pós-Bolonha

(5) Mestrado pré-Bolonha em vias de extinção.

O número imenso de alunos pós-graduados decorrente diretamente da reestruturação do ensino superior, em razão do processo de Bolonha, vem multiplicar o trabalho do professor que, agora, vê multiplicado o número de estudantes que tem de orientar em mestrado.

O esforço desmesurado que é exigido ao docente no exercício das suas funções é ainda multiplicado pela investigação que é obrigado a realizar. Cerca de metade da investigação científica que se faz no país é feita na universidade por docentes que acumulam a investigação com a docência, já que é diminuto o número de investigadores de carreira (CABRITO, 2010).

A Tabela 8 mostra-nos, exatamente, o número de (professores) investigadores do ensino superior e o seu elevado peso, quando comparado com o número de investigadores total.

Tabela 8 – Investigadores¹ em ETI², por sector de execução (1982 a 2009p).

	Empresas ³		Estado		Ensino Superior		IPSFL ⁴		Total ⁵	
	ETI	%	ETI	%	ETI	%	ETI	%	ETI	%
1982	655	17%	1.760	44%	1.394	35%	154	4%	3.963	
1984	678	15%	1.701	38%	1.909	43%	166	4%	4.455	
1986	784	14%	1.877	33%	2.814	49%	248	4%	5.723	
1988	926	14%	1.960	30%	3.328	51%	347	5%	6.561	
1990	1.008	13%	2.095	27%	3.938	51%	696	9%	7.736	
1992	993	11%	1.991	21%	5.356	57%	1.111	12%	9.451	
1995	1.076	9%	2.741	24%	5.850	50%	1.933	17%	11.599	
1997	1.193	9%	2.930	21%	7.475	55%	2.045	15%	13.642	100%
1999	1.994	13%	3.445	22%	8.243	52%	2.070	13%	15.752	
2001	2.722	15%	3.646	21%	8.942	50%	2.415	14%	17.725	
2003	3.794	19%	3.440	17%	10.062	50%	2.946	15%	20.242	
2005	4.014	19%	3.338	16%	10.956	52%	2.819	13%	21.126	
2007	8.477	30%	3.159	11%	13.114	47%	3.426	12%	28.176	
2008	10.312	26%	3.203	8%	23.138	57%	3.755	9%	40.408	
2009p	10.841	24%	3.364	7%	28.086	61%	3.618	8%	45.909	

Fonte: GPEARI / MCTES, IPCTN

Notas: ¹ O conceito de investigador foi revisto e alterado em 1995, pelo que foram reajustados os valores dos anos anteriores.

² ETI - Equivalente a tempo integral.

³ Inclui associações.

⁴ IPSFL - Instituições privadas sem fins lucrativos. Inclui fundações privadas.

⁵ Os totais apresentados podem não corresponder à soma das parcelas por razões de arredondamento automático.

p Dados provisórios.

NOTAS FINAIS

Como pode concluir-se, o trabalho do professor vê-se, assim, incrementado, intensificado, desvalorizado e descredibilizado porque não remunerado. O docente é obrigado a realizar investigação, a publicar, em especial em língua inglesa e em jornais e revistas internacionais de topo, e a realizar atividades de extensão, sob pena de ser preterido em concursos de promoção ou de não ser aceite a sua oposição a provas científicas de mérito absoluto. Por outro lado, a investigação que realiza exige uma procura incessante de financiamento, de molde a colmatar a diminuição do contributo do Estado e as exigências cada vez mais fantásticas inseridas nas novas regras de avaliação dos docentes do ensino superior, assentes num inacreditável produtivismo académico.

Em consequência, professores e instituições se veem compelidos a procurar recursos financeiros que contêm em si mesmos os germens da competição e da alienação, sejam eles resultantes de concursos lançados por instituições oficiais, como a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), a instituição pública que tutela a investigação que se faz no ensino superior, sejam provenientes dos fundos e concursos da União Europeia, sejam provenientes do mercado, por intermédio de empresas, fundações e outros organismos congéneres.

Naturalmente, essa procura externa de financiamento para as atividades de ensino e de investigação (e de extensão) permite que agências públicas, como a FCT, ou agências privadas, direcionem e condicionem a investigação que se faz nas universidades por meio das regras de oposição aos concursos (CABRITO, 2010).

Nessas circunstâncias, num quadro de investimento público escasso e condicionado, as universidades constituem parcerias nomeadamente com empresas privadas com as quais conduzem a investigação, trabalhando, desse modo, para o capital financeiro predominante.

A esse título, cumpre destacar os parques industriais que juntam empresas privadas e laboratórios universitários; os polos universitários de investigação, onde empresas de investigação científica de ponta se instalam, bebendo da proximidade de uma mão de obra altamente qualificada; as incubadoras de empresas; etc. Nesse contexto sociopolítico, da universidade se espera a produção de conhecimento aplicado e a capacitação do capital humano. A investigação é orientada para novas actividades que servem ao mercado. A ligação da universidade ao capital financeiro que o mercado consubstancia é, então, bem visível nas parcerias para a consecução de projectos, para a atribuição de bolsas e prémios ou nos patrocínios, por parte da banca.

E se é verdade que essas parcerias, que consubstanciam financiamentos privados à educação superior pública, acarretam ganhos financeiros para a universidade e para os estudantes, são indiscutíveis os ganhos que esses patrocinadores vêm a obter nomeadamente pelas patentes e pela publicidade quase gratuita que conseguem junto de públicos potenciais.

O trabalho do professor se vê, assim, incrementado, intensificado, desvalorizado e descredibilizado porque não remunerado. Neste tempo de capitalismo de predominância financeira, universidades e professores trabalham em função das suas fontes de financiamento, o que é o mesmo que dizer que trabalham para o mercado (CABRITO, 2011). A universidade privatiza-se e o conhecimento é cada vez mais uma mercadoria como qualquer outra, que se compra e vende no mercado.

REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. World Bank Higher Education in Portugal. Nova Iorque: World Bank, 1989.
- CABRAL, A. Acção social escolar. In: Sistema de Ensino em Portugal. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981, p. 445-476.
- CABRITO, B. Financiamento e Privatização do ensino superior em Portugal. In: CABRITO, B. G.; JACOB, V. (Org.) Políticas de financiamento e acesso da Educação Superior no Brasil e em Portugal: tendências actuais. Lisboa: Educa, 2011, p. 45-59.
- _____. Financiamento e avaliação da investigação científica e da pós-graduação, em Portugal: um processo questionável. In OLIVEIRA, J., CATANI, A.; FERREIRA, N. (Org.) Pós-Graduação e Avaliação: impactos e perspectivas no Brasil e no cenário internacional. Campinas SP: Mercado de Letras, 2010.
- _____. Higher education, an education for the elites? The Portuguese case. Higher Education in Europe, v. XXIX, n. 1, p.33-46, April 2004.
- _____. Financiamento do ensino superior: condição social e despesas de educação dos estudantes universitários em Portugal. Lisboa: Educa, 2002.
- CABRITO, B.; CERDEIRA, L. The Bologna process and the privatization of higher education. In: GÓMEZ CHOVA, L.; MARTÍ BELENGUER, D.; CANDEL TORRES, I. (Eds.). International Technology, Education and Development Conference – INTED2008 Proceedings. Valencia: INTED, 2008.
- CLARK, B. Creating entrepreneurial universities: organizational pathways of transformation. Oxford: IAU Press & Elsevier Science Ltd, 1998.

HORTALE, V. A.; MORA, J-G. Tendências das reformas da educação superior na Europa no contexto do Processo de Bolonha. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, p. 937-960, Especial – out. 2004.

JONGBLOED, B. Cost-sharing and equity in higher education: Implications of income contingent loans. In: TEIXEIRA, P.B.; JONGBLOED, D.D.; AMARAL, A. (Eds.). *Markets in Higher Education*. Dordrecht, The Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2004, p. 37-60.

JOHNSTONE, D. Financing higher education in the United Kingdom: policy options from an international perspective. Briefing Paper. Langbank, Scotland: [S.n.], 2007. [Seminar Series on Mass Higher Education in UK and International Contexts. Seminar Two – Funding of Higher Education]. Disponível em: <http://www.crl.org.uk/media/crl/content/publications/massheseminar/Seminar%202%20johnstone_bruce%20briefing%20paper.pdf>

MÓNICA, M. T. *Educação e sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

MORA, J-G.; NUGENT, M. Seeking new resources for European universities: the example of fund-raising in the US. *European Journal of Education*, v. 33, n. 1, p. 113-129, mar.1998.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Reviews of National Policies for Education: Tertiary Education in Portugal 2007*. OECD Publishing, 2007. Disponível em: http://www.oecd-ilibrary.org/education/reviews-of-national-policies-for-education-tertiary-education-in-portugal-2007_9789264009769-en

PORTUGAL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES). Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI). *Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior 2010-2011 – RAIDIS11*. Lisboa: MCTES/GPEARI, 2011.

STOER, S. *Educação e mudança em Portugal – 1970-1980. Uma década de transição*. Lisboa: Afrontamento, 1986.